



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Taciane Costa Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil

tacysjn@hotmail.com

Débora Gomes Machado

Pós-Doutoranda em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil

debora_furg@yahoo.com.br

Aléssio Almada da Costa*

Doutor em Educação Ambiental – FURG, Brasil

Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Brasil

alessioalmada@yahoo.com.br

Marcos Antônio de Souza

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Brasil

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Brasil

marcosas@unisinors.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo identificar qual a percepção dos alunos do curso de graduação em ciências contábeis, das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma *survey* descritiva, com abordagem quantitativa. Os respondentes foram os alunos iniciantes e concluintes, do curso de Ciências Contábeis, na modalidade presencial, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, realizada no segundo semestre letivo de 2014. Os resultados demonstraram, de forma geral, que os alunos possuem percepção mediana em relação ao tema, embora sobre algumas ênfases tenham alta percepção, tais como: fontes alternativas de energia, uso de produtos químicos, consumo de água e alimentos, reciclar materiais reaproveitáveis, recursos básicos a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; de acordo com as assertivas estudadas, sendo que os alunos concluintes possuem percepção maior do que os iniciantes. Recomenda-se para pesquisas futuras uma análise comparativa do grau de percepção ambiental entre os estudantes que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental ou socioambiental e os que não cursaram a mesma, buscando evidenciar a importância dessa disciplina para a formação acadêmica.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Contabilidade Ambiental. Ciências Contábeis.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondencia: Aléssio Almada da Costa -Universidade Federal do Rio Grande – FURG – Avenida Itália, KM 8, Pavilhão 4, Campus Carreiros – Rio Grande – RS – CEP 96.203-900

Data do recebimento do artigo (received): 06/09/2016

Data do aceite de publicação (accepted): 12/01/2017

Desk Review

Double BlindReview

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: PERCEPTION OF UNDERGRADUATE STUDENTS IN ACCOUNTING OF FEDERAL INSTITUTIONS OF HIGHER EDUCATION OF THE RIO GRANDE DO SUL STATE

Abstract

This study aimed to identify the perception of undergraduate students in accounting, of Federal Institutions of Higher Education of the State of Rio Grande do Sul, on sustainable development. It is a descriptive survey with a quantitative approach. Respondents were beginners and graduates students, of the course in Accounting, in classroom mode, of the Universidade Federal do Rio Grande - FURG, the Universidade Federal de Santa Maria - UFSM and the Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, held in second semester 2014. The results showed, in general that students have mean perception of the issue, though on some emphases have high perception, such as alternative energy sources, use of chemicals, water consumption and food, recycle reusable materials, long-term basic resources, preservation of biodiversity and ecosystems; according to studied assertive, and the graduating students have greater insight than beginners. Its recommends for future research a comparative analysis of the degree of environmental perception between students who attended the discipline of environmental accounting and environmental or not the attended one same, seeking to highlight the importance this discipline to higher education.

Keywords: Sustainable Development. Environmental accounting. Accounting.

EL DESARROLLO SOSTENIBLE: PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS DE CONTABILIDAD DE INSTITUCIONES FEDERALES DE ENSEÑANZA SUPERIOR DEL RIO GRANDE DO SUL

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo identificar la percepción de los estudiantes universitarios de contabilidad de instituciones federales de enseñanza superior del Rio Grande do Sul sobre desarrollo sostenible. Se trata de un estudio descriptivo, con un enfoque cuantitativo. Los encuestados eran estudiantes principiantes y graduados del curso de contabilidad en la modalidad presencial, de la Universidade Federal do Rio Grande - FURG, de la Universidade Federal de Santa Maria - UFSM y de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, celebrada en segundo semestre de 2014. Los resultados mostraron, en general, que los estudiantes tienen la percepción media del sujeto, aunque en algunas énfasis tengan una alta percepción, tales como fuentes alternativas de energía, el uso de productos químicos, el consumo de agua y alimentos, reciclar los materiales reutilizables, recursos básicos a largo plazo, conservación de la biodiversidad y de los ecosistemas; Según el estudio los estudiantes que se gradúan tienen una visión superior a los principiantes. Se recomienda para la investigación futura una análisis comparativa del nivel de percepción ambiental entre los estudiantes que asistieron a la disciplina de la contabilidad ambiental o social y ambiental, y aquellos que no asistieron a la misma, tratando de poner de relieve la importancia de esta disciplina para la formación académica.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible. Contabilidad Ambiental. Contabilidad.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é um dos grandes desafios globais, sendo motivo de muitos debates que balizaram eventos de âmbito mundial, tendo como gênese, no ano de 1972, a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, Suécia. (Rebollo, 2004). Após este evento seguiram-se outros, nos quais salientam-se: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+10 (2010) e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 (2012). Este último, segundo o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, pode ser considerado um relevante evento de política internacional da atualidade.

Esses eventos foram importantes para a elaboração de tratados e protocolos de abrangência global que visam alterar o quadro de degradação ambiental, originada pelo crescimento demográfico, pela produção em massa e pelo crescente consumo de bens e serviços, e, por conseguinte, de recursos naturais. Paralelamente ao crescimento da produção em larga escala, a população mundial cresceu rapidamente, o que implicou no aumento do uso das reservas ecológicas do planeta. Isso motivado pela expansão do setor industrial, que se valeu, em muitos casos, do uso de tecnologias de grande impacto ambiental, e a geração de lixo em bases exponenciais. (Tinoco & Kraemer, 2008). Com isso, tanto a sociedade, como as empresas têm procurado se adaptar aos novos critérios de desenvolvimento, e a contabilidade, por ser uma Ciência Social exerce um papel importante nesse contexto.

Para Tinoco e Kraemer, (2008) a contabilidade, entendida como meio de fornecer informações, deve buscar atender a esses novos desafios, ou seja, contribuir para que as empresas possam se adaptar aos novos critérios de desenvolvimento em bases sustentáveis. Dessa forma, possibilita a apresentação de informações de como a empresa atua sobre o meio ambiente, e sobre o cumprimento – ou não – de suas obrigações no que tange à responsabilidade social. Esses são temas que cada vez mais têm subsidiado a decisão de possíveis investidores e, até mesmo, de consumidores que procuram empresas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

Calixto (2006) defende que a contabilidade faz parte da estrutura gerencial das empresas e é relevante que o profissional contábil esteja preparado para identificar a evolução da legislação ambiental, dos setores potencialmente poluidores, dos impactos ambientais e da evolução dos conceitos de ativos, passivos e custos ambientais, e que este preparo seja realizado na graduação de Ciências Contábeis. Segundo a autora (p. 66) “uma mudança de comportamento terá efeitos mais

práticos se for promovida ao longo da vida do indivíduo, desde que conte com a participação imprescindível e indissociável da sua formação intelectual, ou seja, por meio da educação”.

De acordo com Weizenmann, (2011, p. 4) “a inserção de questões ambientais no currículo dos cursos superiores é tratada como questão essencial para a mudança de cultura e atitudes em relação ao meio ambiente, antes mesmo de o tema começar a ganhar relevância no Brasil, a partir dos anos 90”. A autora acrescenta que a constituição federal brasileira prevê que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino. Calixto (2006) destaca que o investimento em educação ambiental transforma o comportamento humano, de forma que todos participem da preservação e conservação do meio ambiente, pois a educação ambiental tem grande responsabilidade na promoção e difusão do conhecimento.

Pesquisas anteriores têm sido realizadas sobre a inserção da disciplina de contabilidade ambiental na graduação em Ciências Contábeis, como é o caso da pesquisa de Calixto (2006); de Carvalho, Alexandre, Almeida, Carvalho e Curi (2010) e de Weizenmann (2011). Cabe destacar, conforme Fahl e Manhani (2006) que a mudança no perfil do profissional da contabilidade tem reflexo nas instituições de ensino superior e vice-versa, assim como conhecimentos inerentes ao meio ambiente estão inclusos nesta mudança de perfil.

O estudo realizado por Calixto (2006), em universidades brasileiras que oferecem cursos de graduação em Ciências Contábeis, teve o objetivo de verificar o grau de inserção da disciplina de contabilidade ambiental na matriz curricular dos cursos. O estudo também verificou a importância desta disciplina na visão dos coordenadores de curso. Os resultados obtidos indicaram que a disciplina é oferecida por um número reduzido de universidades, porém, para a maioria dos coordenadores, ela é considerada importante na formação dos acadêmicos, sendo que a maior dificuldade para incluí-la nos cursos é a adaptação da matriz curricular no sentido de atender a uma série de temas emergentes relevantes, como é o caso da temática ambiental, para a formação do contador.

Foi realizado um estudo por Carvalho *et al.* (2010), na região de Campina Grande, com 54 alunos que cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, campus de Sousa-PB, com o objetivo de analisar o interesse dos estudantes de ciências contábeis pela área de contabilidade ambiental. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a maioria dos discentes compreende e julga importante a disciplina de Contabilidade Ambiental, muito embora ainda não tenha despertado interesse para esta área, já que não almejam atuar nesta área do conhecimento.

Weizenmann (2011) realizou uma pesquisa, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de descrever a relevância da inclusão da disciplina de Contabilidade Ambiental nos cursos de ensino superior em Ciências Contábeis, por meio do acesso aos portais eletrônicos das instituições

gaúchas, classificadas como Universidade pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC. A autora procedeu a análise da estrutura curricular destas, e constatou que poucos cursos superiores de contabilidade possuem esta disciplina como obrigatória, entretanto, os graduandos e coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis entendem que a disciplina e a temática ambiental são de suma importância para a formação de novos profissionais. Sendo assim, entende-se como imprescindível a inserção da mesma no currículo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, sendo também essencial para as empresas no que tange a uniformização e padronização de seus relatórios e demonstrativos contábeis sobre suas relações tanto com o meio ambiente como com o meio social no qual interagem continuamente.

Diante do exposto sobre a inserção da disciplina de contabilidade ambiental nos cursos de ciências contábeis, e do entendimento de que esta disciplina insere temáticas ambientais no âmbito acadêmico, como a sustentabilidade, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de percepção dos alunos do curso de ciências contábeis, das Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável? Para a solução do problema o objetivo do estudo é identificar qual a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis, das Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável.

A justificativa de realização desta pesquisa se apoia nas afirmações de Zambelli (2012), ou seja, de que a contabilidade precisa acompanhar os desafios da evolução necessária para atingir o uso racional dos recursos naturais. Também na afirmativa de Tinoco e Kraemer (2008, p. 136) de que é necessária a “capacitação permanente dos quadros profissionais, em diferentes níveis e escalas de conhecimento”. Assim, os profissionais estarão qualificados para enfrentar os novos desafios que se apresentam.

Este artigo possui cinco seções, sendo esta a primeira, composta pela explicitação do tema, problema e objetivo de pesquisa e justificativa de realização da mesma. Após, encontra-se o aporte teórico descrito como revisão de literatura. A seção três descreve os procedimentos da pesquisa. A seção quatro apresenta a descrição e análise dos dados, seguida da seção cinco que descreve as considerações finais. Por fim, listam-se as referências que embasaram todo o aporte teórico utilizado.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Segundo Cavalcanti (1995) o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ribeiro (2010, p. 6), destaca que este é um processo de mudanças no qual “a exploração de recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento

tecnológico e as mudanças institucionais estão em harmonia e valorizam o potencial, presente e futuro, para a humanidade satisfazer suas exigências e aspirações”.

Nesse aspecto, as empresas têm um papel social e ambiental extremamente relevante, pois por meio de uma prática empresarial sustentável, provoca mudança de valores e de orientação em seus sistemas operacionais, que devem estar engajados à ideia de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, com responsabilidade social (Tinoco & Kraemer, 2008). Os autores acrescentam que o desenvolvimento sustentável introduz uma dimensão ética e política que considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, com conseqüente democratização do acesso aos recursos naturais e distribuição equitativa dos custos e benefícios do desenvolvimento, bem como sua divulgação aos parceiros sociais.

O desenvolvimento sustentável foi idealizado na interação entre três pilares: o pilar social, o pilar econômico e o pilar ambiental (CMMAD, 1988). A partir da análise de alguns documentos derivados das conferências sobre o meio ambiente realizadas até a Rio+20, pode-se observar algumas ações e princípios que são julgados como relevantes para se encaminhar um processo de desenvolvimento sustentável e que passam a ser descritos a seguir.

A Conferência de Estocolmo, realizada de 5 a 16 de junho de 1972, pode ser considerada o ponto de partida para a preocupação com os impactos ambientais e preservação do meio ambiente em escala global, proclama a necessidade da criação de critérios e princípios comuns para preservação e conservação do meio ambiente. A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (ONU, 1972) destaca que se multiplicam as provas do dano causado pelo homem em muitas regiões da terra e estes possuem incontáveis conseqüências ambientais. A maior parte dos problemas ambientais tem como causa o subdesenvolvimento, grande parte da população vive privada de alimentação, de vestuário, de habitação, de educação, de condições de saúde e de higiene de qualidade, necessária para se ter uma vida digna. Por outro lado, o crescimento está diretamente relacionado com os problemas de preservação do meio ambiente, e é preciso estabelecer políticas apropriadas para encarar esses problemas (ONU, 1972).

A ONU (1972, p. 3) expressa que “os recursos não renováveis da terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização”. Em 1987 têm-se o Relatório Brundtland – “Nosso Futuro Comum”, que é o resultado do trabalho da Comissão Mundial das Organizações das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e que serviu de documento base para a Rio 92. A partir deste ficou consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável, contribuindo, assim, para superar o paradigma de conflito entre desenvolvimento e proteção ambiental. De acordo com Cavalcanti (1995, p. 33) “o relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas

socioeconômicos e ecológicos da sociedade global”. O mesmo, conforme o autor, interliga temas correlatos sobre economia, tecnologia, sociedade, política e postura ética.

O Relatório Brundtland apresenta uma lista de medidas a serem tomadas no nível do Estado nacional, dentre elas: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas (Cavalcanti, 1995).

Já no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições internacionais, o Relatório Brundtland define as seguintes metas: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a Organização das Nações Unidas deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (Cavalcanti, 1995).

Entre os documentos estabelecidos na Rio-92, destacam-se a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21. Conforme a ONU (1992) a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, buscou, em sua essência, a cooperação para erradicar a pobreza a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo, para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Propõe a ONU (1992) que para atingir o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida, os Estados devem diminuir e extinguir os modelos insustentáveis de produção e consumo, promover políticas demográficas apropriadas e extinguir as guerras.

Conforme a ONU (1992a), o documento denominado Agenda 21 procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas visando disciplinar e concentrar os esforços em áreas-chaves, evitando a dispersão, o desperdício e as ações contraproducentes. O documento destaca as medidas que precisam ser tomadas em áreas determinadas, e auxilia no estabelecimento de programas, objetivos, atividades, e os meios para sua implementação.

As medidas propostas na Agenda 21 abrangeram: cooperação internacional para acelerar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento e políticas internas correlatas, combate à pobreza, mudança dos padrões de consumo, dinâmica demográfica, projeção e promoção das condições da saúde humana, promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, integração entre meio ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões, ação mundial pela mulher

com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo, a infância e a juventude no desenvolvimento sustentável, reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades, fortalecimento do papel das organizações não-governamentais (parceiros para um desenvolvimento sustentável), iniciativas das autoridades locais em apoio à agenda 21, fortalecimento do papel dos trabalhadores e de seus sindicatos, fortalecimento do papel do comércio e da indústria, a comunidade científica e tecnológica, e o fortalecimento do papel dos agricultores (ONU, 1992).

Outro documento relevante é o elaborado por ocasião da RIO+10, ocorrida em 2002, denominado de Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, que reconhece como principais desafios a serem enfrentados para o desenvolvimento sustentável a erradicação da pobreza, a mudança dos padrões de consumo e produção, a preservação dos recursos naturais e utilização consciente desses recursos. Desafios que precisam ser superados para que se alcance um desenvolvimento econômico e social nos padrões necessários (ONU, 2002).

De acordo com o Comitê Nacional de Organização da Rio+20 (ONU,2012), a Rio+10 reafirmou metas relativas à erradicação da pobreza, à promoção da saúde, à expansão dos serviços de água e saneamento, à defesa da biodiversidade e à destinação de resíduos tóxicos e não-tóxicos. Já a Rio+20 foi uma Conferência sobre desenvolvimento sustentável, que visou consolidar a integração das dimensões econômica, social e ambiental em um projeto global de desenvolvimento que resultou na elaboração do Relatório “O Futuro que Queremos”. Neste relatório foram estabelecidas como questões e áreas prioritárias: segurança alimentar, água, energia, cidades, trabalhos verdes, inclusão social, oceanos e mares, desastres naturais, mudança climática, florestas e biodiversidade, degradação do solo e desertificação, montanhas, produtos químicos e dejetos, consumo e produção sustentáveis, educação, e igualdade dos sexos (ONU, 2012).

Em relação aos diversos relatórios elaborados, depreende-se que as medidas e metas definidas são de longo prazo na medida em que denotam a necessidade de se percorrer um longo caminho para o alcance das mesmas, pois metas como a erradicação da pobreza ou a extinção das guerras, a nível mundial, demonstram-se inalcançáveis a curto prazo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos propostos no estudo, foi realizada uma pesquisa descritiva, pois busca descrever a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis, das Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável, seguindo os preceitos de Raupp e Beuren (2008). Quanto aos procedimentos, o método que conduziu a presente pesquisa é o de levantamento ou *survey*, o qual, segundo Gil (1999, p.70), “se caracteriza pela interrogação direta

das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Assume ainda, abordagem quantitativa, pois conforme Raupp e Beuren (2008), esta é frequentemente aplicada a estudos descritivos.

Esta pesquisa delimita-se a estudar a percepção dos alunos do curso de Ciências Contábeis de três universidades federais do Rio Grande do Sul, no período letivo de 2014. O critério para escolha destas universidades foi que tivessem o curso de Ciências Contábeis, na modalidade presencial e fossem da esfera federal. Partindo deste pressuposto, as que preencheram o pré-requisito de acordo com o portal eletrônico do Ministério da Educação e Cultura – MEC (2014) foram: a Universidade Federal do Rio Grande - FURG, a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. A população do estudo se constituiu, portanto, dos alunos matriculados no curso de Ciências Contábeis, ingressantes e concluintes das universidades, objetos do estudo, e da amostra fizeram parte os alunos entrantes e concluintes do ano letivo de 2014.

Os dados foram coletados por meio de fontes primárias, constituídas de questionários aplicados aos alunos. O questionário estruturado utilizou a Escala de *Likert* com variação entre 1 e 5, sendo 1 para discordo totalmente; 2 para discordo parcialmente; 3 para neutro, ou seja, nem concordo nem discordo; 4 para concordo parcialmente; e 5 para concordo totalmente. O questionário foi pré-testado com docentes da área temática e foi elaborado a partir do Relatório Brundtland (1987) e O futuro que queremos – Rio +20 (2012).

A coleta de dados ocorreu em dois momentos. No primeiro momento foram contatados os coordenadores de curso das três universidades, os quais forneceram a relação de e-mails dos alunos que constituíram a população de estudo da pesquisa, totalizando 290 e-mails ao total. No segundo momento, que ocorreu no período de fevereiro a abril de 2015, foram enviados os questionários aos alunos, por meio do software *surveymonkey*. Após o término do prazo estabelecido, e diversos reenvios, a coleta foi encerrada, os dados categorizados e analisados de forma descritiva.

Para viabilizar a resposta ao problema de pesquisa, em termos quantitativos, definiu-se que se os resultados obtidos forem de 0% a 40%, o grau de percepção é baixo, se estes forem de 41% a 70% os resultados são médios e se forem acima de 70% o grau de percepção é elevado. Estes níveis foram adaptados do estudo de Brandalise, Bertolini, Rojo, Lezana e Possamai (2009).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta e tratamento dos dados foi verificado que os estudantes de ciências contábeis, objeto do estudo, possuem o perfil relacionado a seguir. Destaca-se que o número de questionários enviados totalizou 286, sendo que 94 foram para estudantes da FURG, 126 para a UFRGS e 66 para

a UFSM. Entretanto, dos questionários enviados, foram respondidos, aproximadamente 36%, ou seja, um total de 102. Na Tabela 1 está apresentado o vínculo institucional dos estudantes respondentes.

Tabela 1 – Vínculo dos respondentes - Universidade

Universidade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	39	38,2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	39	38,2
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	24	23,6
Total	102	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

Pela visualização da Tabela 1 nota-se que, a FURG e a UFRGS se igualam, com 38,2% em relação às respostas obtidas. Porém, salienta-se que, em relação a participação dos alunos por universidade, 41,5% dos questionários enviados aos alunos da FURG foram respondidos, enquanto que da UFRGS apenas 31%. A Tabela 2, a seguir, apresenta o gênero e a faixa etária.

Tabela 2 – Perfil dos respondentes – Gênero e Faixa etária

Gênero	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Feminino	65	63,7
Masculino	37	36,3
Total	102	100,00
Faixa etária	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
de 18 anos até 25 anos	59	57,8
de 26 anos até 33 anos	28	27,5
de 34 anos até 41 anos	11	10,8
acima de 41 anos	4	3,9
Total	102	100,0

Fonte: dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 2 nota-se que a maioria das respostas se originou das mulheres, com 63,7% das respostas, contra 36,3% dos homens. Em relação à média de idade dos respondentes, a maioria se encontra na faixa etária dos 18 aos 25 anos, representando 57,8% do total. Percebe-se que o gênero feminino predomina entre os estudantes de ciências contábeis das IES estudadas.

Para complementar o perfil observou-se a situação dos estudantes perante o curso com relação ao tempo para a formatura. Sendo assim, a maioria dos respondentes eram concluintes do curso no ano de 2014, representando 54,9%, e os iniciantes, estudantes de primeiro ano representaram 45,1%. A Tabela 3 a seguir apresenta o cerne do problema desta pesquisa.

Tabela 3 – Análise descritiva da percepção dos respondentes sobre as assertivas (%)

Nº	Síntese das assertivas	DT		DP		N		CP		CT	
		I	C	I	C	I	C	I	C	I	C
1	Consumo de energia	4,3	3,6	8,7	1,8	8,7	0	23,9	10,6	54,4	84,0
2	Controlar a urbanização	2,2	0	0	1,8	15,2	7,1	23,9	21,4	58,7	69,7
3	Uso de novos materiais na construção	0	0	2,2	1,8	13	10,7	23,9	25	60,9	62,5
4	Fontes alternativas de energia	0	0	0	0	6,5	1,8	10,9	7,1	82,6	91,1
5	Uso de produtos químicos	0	1,8	0	1,8	0	0	21,7	10,7	78,3	85,7
6	Consumo de água e alimentos	0	0	0	1,8	10,9	0	15,2	21,4	73,9	76,8
7	Reciclar materiais reaproveitáveis	0	0	0	0	4,3	1,8	4,3	10,7	91,4	87,5
8	Distribuição de zonas residenciais e inds.	4,4	1,8	0	3,6	23,9	8,9	21,7	39,3	50	46,4
9	Banir as guerras	2,2	3,6	2,2	3,6	10,8	19,6	17,4	10,7	67,4	62,5
10	Recursos básicos a longo prazo	0	0	0	1,8	4,3	1,8	4,3	10,7	91,4	85,7
11	Preservar biodiversidade e ecossistemas	0	0	0	0	2,2	3,6	13	10,7	84,8	85,7
12	Limitar o crescimento populacional	10,9	5,3	21,7	10,7	21,7	17,9	21,7	53,6	24	12,5
13	Aumentar a produção industrial limpa	0	0	4,3	1,8	13	5,4	34,8	32,1	47,9	60,7
14	Adotar o desenvolvimento sustentável	2,2	1,8	2,2	0	15,2	17,8	28,3	16,1	52,1	64,3
15	DS abrange o desenv. econ, social, etc.	0	3,6	0	0	13	1,8	24	14,3	63	80,3
16	DS envolve pobreza, conflitos e etc.	0	1,8	4,3	0	13	8,9	34,8	28,6	47,9	60,7
17	Cultura, elemento do DS	4,3	7,1	8,7	9	10,9	7,1	43,5	32,1	32,6	44,7
18	Metas para os dejetos, a poluição, etc.	0	1,8	6,5	1,8	17,4	3,6	23,9	19,6	52,2	73,2
19	Serviços de energia moderna	0	0	2,2	0	21,7	12,5	23,9	17,9	52,2	69,6
20	Economia verde	2,2	0	0	3,6	21,7	8,9	21,7	28,6	54,4	58,9
Média		1,6	1,6	3,2	2,2	12,4	6,9	21,8	21,1	61	68,1

Legenda: DT = Discorda Totalmente
 CP = Concorda Parcialmente
 I = Iniciais C = Concluintes
 Fonte: dados da pesquisa.

DP = Discorda Parcialmente
 CT = Concorda Totalmente

N = Neutro

A Tabela 3 apresenta várias informações que resultaram da coleta de dados realizada, em que foi solicitado aos estudantes que analisassem as assertivas relacionadas e que dessem seu parecer quanto à importância das mesmas para o desenvolvimento sustentável, de acordo com a percepção deles sobre o assunto. Estas passam a ser analisadas a seguir.

Sobre a Assertiva 1 – diminuir o consumo de energia e promover o desenvolvimento de tecnologias com o uso de fontes energéticas renováveis contribui para o desenvolvimento sustentável – os resultados evidenciaram que 84,0% dos estudantes concluintes concorda totalmente com esta questão enquanto que, dentre os iniciantes essa concordância foi de 54,3%. Desse modo, entende-se que os concluintes possuem uma percepção maior de que a economia de energia contribui para o desenvolvimento sustentável. A literatura por sua vez confirma a percepção dos estudantes, conforme Lima (2012) o mundo tem sido instigado a procurar novas formas de utilização e de produção de energia sempre em torno do desenvolvimento sustentável.

A respeito da Assertiva 2 – controlar a urbanização desordenada e a integração entre o campo e as cidades contribui para o desenvolvimento sustentável – pode-se observar pelos resultados descritos na Tabela 3 que 69,7% dos concluintes concorda totalmente com o exposto, enquanto que dos iniciantes 58,7% concorda totalmente, 23,9% concorda parcialmente, e 15,2% é neutro. A maioria dos estudantes percebe que há impacto no desenvolvimento sustentável advindo da urbanização e Leal (2008) destaca que a mudança paisagística impacta direta e imediatamente o meio ambiente, pois o cenário expressivo da cobertura vegetal é substituído por casarios e ruas com a aglutinação de um contingente populacional. O autor acrescenta que além do aspecto visual há também a inserção de redes de comunicações e novos fluxos para o abastecimento das necessidades, implanta-se também outras transformações ligadas com a agricultura e o comércio regionais. Leal (2008) salienta que a análise do impacto ocasionado pela urbanização no meio ambiente insere-se no contexto da organização espacial e deve ser acompanhada na escala histórica, e avaliada em termos das mudanças no âmbito regional.

Em relação à Assertiva 3 – buscar o uso de novos materiais na construção contribui para o desenvolvimento sustentável – nota-se que, pelos resultados descritos na Tabela 3, dos concluintes, 62,5% concorda totalmente, e 25% concorda parcialmente, e apenas 1,8% discorda parcialmente, e dos iniciantes, 60,9% concorda totalmente, 23,9% concorda parcialmente, e 2,2% discorda parcialmente, sendo que em ambos os grupos 0% discorda totalmente, o que demonstra que a percepção da importância dessa questão, de forma geral, pode ser considerada relevante. Para embasar este entendimento buscou-se o descrito por Torgal e Jalali (2010), que destacam que o setor da construção pauta a sua atividade por elevados níveis de extração de matérias-primas não renováveis causando consideráveis impactos ambientais. Desta forma, por meio do descrito pelos autores depreende-se que, para priorizar a sustentabilidade, deve-se privilegiar a pesquisa e uso de materiais não tóxicos, com baixa energia incorporada, recicláveis, que possam permitir o reaproveitamento de resíduos de outras indústrias, que provenham de fontes renováveis, que estejam associados a baixas emissões de gases de efeito estufa duráveis.

Analisando as repostas apresentadas para a Assertiva 4 – aproveitar e consumir fontes alternativas de energia, como a solar, a eólica e a geotérmica contribui para o desenvolvimento sustentável – conforme descrito na Tabela 3, destaca-se que 91,1% dos concluintes e 82,6% dos iniciantes concorda totalmente e que destes ninguém discorda totalmente ou parcialmente com esta questão. Costa (2005) fortalece esta percepção dos estudantes ao esclarecer que as fontes renováveis podem ser utilizadas para gerar eletricidade, para gerar calor ou para produzir combustíveis líquidos para o setor de transportes e é imprescindível que elas estejam inseridas nas políticas energéticas dos países, já que exercem um papel relevante para a sustentabilidade do sistema energético. O autor

destaca que as novas fontes renováveis de energia – biomassa, eólica, solar, de marés, pequenas centrais hidroelétricas – têm se constituído em alternativas às fontes tradicionais, além de serem classificadas como opções ambientalmente corretas, permitem, em vários casos, a geração distribuída de energia.

Para a Assertiva 5 – reduzir o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos contribui para o desenvolvimento sustentável – descrita na Tabela 3, obteve-se como resultado que 85,7% dos concluintes concorda totalmente e 1,8% discorda total e parcialmente, enquanto que dentre os iniciantes 78,3% concorda totalmente, 21,7% concorda parcialmente e esses possuem não discordam dessa questão. De acordo com Schiesari (2012) uma vez que defensivos agrícolas são por definição produtos tóxicos a alternativa mais efetiva para evitar seus riscos para o homem e o meio ambiente é evitar ou mesmo não utilizar defensivos agrícolas. O autor explica que isto pode ser feito através de práticas que inibam a proliferação de pragas e doenças, como a policultura, a rotação de culturas e o uso de variedades de plantas mais resistentes; ou através de outras práticas de controle de pragas e doenças, como a remoção mecânica de plantas daninhas, o uso de armadilhas, e o uso de controle biológico, isto é, a criação, soltura ou favorecimento de inimigos naturais das pragas.

Considerando os resultados obtidos para a Assertiva 6, consumir racionalmente água e alimentos contribui para o desenvolvimento sustentável – percebe-se pelos resultados descritos na Tabela 3 que, em ambos os grupos mais de 70% concorda totalmente, porém destaca-se que apenas os concluintes discordam parcialmente, sendo estes 1,8%, enquanto que 10,9% dos iniciantes foi neutro em relação a essa assertiva. Barbosa (2008) embasa a percepção dos estudantes ao destacar que a sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável.

Nota-se, pelo descrito na Tabela 3, em relação às respostas dadas à Assertiva 7 – reciclar materiais reaproveitáveis contribui para o desenvolvimento sustentável – que nenhum do total dos respondentes discorda sobre a mesma, sendo que apenas 4,3% dos iniciantes e 1,8% dos concluintes foi neutro, e a grande maioria concorda totalmente em ambos os grupos. Assim como os estudantes, que tiveram forte percepção de que reciclar materiais contribui para o desenvolvimento sustentável, Mezzaroba (2014) destaca que o processo de reciclagem se constitui em um dos mais eficientes instrumentos da sustentabilidade, na medida em que apresenta implicações econômicas, sociais, sanitárias e ambientais satisfatórias.

Sobre a Assertiva 8 – reestruturar a distribuição de zonas residenciais e industriais contribui para o desenvolvimento sustentável – percebe-se pelo apresentado na Tabela 3 que houve uma distribuição maior das respostas, pois, dos iniciantes, 23,9% se mostra neutro, 21,7% concorda parcialmente, e 4,4% discorda, e em relação aos concluintes 39,3% concorda parcialmente e 46,4% concorda totalmente. No entanto, pode-se aduzir que os concluintes possuem uma percepção maior em relação a importância desta questão para o desenvolvimento sustentável. Segundo Leal (2008) os grandes assentamentos urbanos concentram também os maiores problemas ambientais e sociais, tais como: poluição do ar, poluição sonora, poluição visual e hídrica, destruição dos recursos naturais, desintegração social, desemprego, perda de identidade cultural e de produtividade econômica. O autor acrescenta que muitas vezes, as formas de ocupação do solo, o provimento de áreas verdes e de lazer, o gerenciamento de áreas de risco, o tratamento dos esgotos e a destinação final do lixo coletado deixam de ser tratados com prioridade e as cidades mostram saturação de indústrias em áreas restritas, trazendo diversos problemas a seus habitantes, provocados pelos elevados índices de poluição que apresentam.

A respeito dos resultados obtidos e descritos na Tabela 3 para a Assertiva 9 – banir as guerras contribui para o desenvolvimento sustentável – nota-se que, em relação as questões anteriores, com exceção da Assertiva 1, esta apresenta o maior percentual de discordância, sendo que dos iniciantes 2,2% discorda totalmente e 2,2% discorda parcialmente e dos concluintes 3,6% discorda totalmente e a mesma quantidade discorda parcialmente. Observa-se, também que, no geral, esta questão foi a que os concluintes apresentaram o maior percentual de neutralidade, 19,6%, e os iniciantes apresentam o maior percentual de concordância sendo 17,4% parcial e 67,4% total. Percebe-se que esta assertiva gerou dúvidas no entendimento dos estudantes, mas o Relatório Brundtland (1987) esclarece que as guerras destroem as plantas, animais e ecossistemas, devastando o planeta de diferentes formas.

As respostas apresentadas para a Assertiva 10 – garantir recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo contribui para o desenvolvimento sustentável – conforme o descrito na Tabela 3 nota-se que não houve discordância total desta, 91,4% dos iniciantes concordam totalmente e 85,7% dos concluintes concordam totalmente, o que demonstra que, no geral, os respondentes se mostram perceptíveis a importância da mesma. Relacionando esta Assertiva com a de número 6, pode-se perceber que ambos os grupos consideram importante a garantia dos recursos, porém se mostram menos perceptíveis em relação à importância da racionalização dos mesmos. Para Silva (2011) a proteção e a melhora do meio ambiente, em especial da água doce, dependem dos padrões de consumo e de produção das populações. Desta forma, conforme o autor, reduzir o esgotamento dos recursos finitos, reduzir a poluição ambiental significa modificar os padrões insustentáveis de uso e otimizar os desperdícios.

Analisando as respostas apresentadas na Tabela 3 para a Assertiva 11 – preservar a biodiversidade e os ecossistemas contribui para o desenvolvimento sustentável – depreende-se que 85,7% dos concluintes e 84,8% dos iniciantes concorda totalmente com a mesma, o que demonstra que ambos possuem uma percepção elevada a respeito da relevância dessa assertiva para o desenvolvimento sustentável. Conforme Póvoa (2006) os processos ecológicos sustentam a função dos ecossistemas e os aspectos mais importantes são o direcionamento da energia e reciclagem contínua de materiais, quando os processos naturais são rompidos, os ecossistemas podem não ser mais capazes de se manterem a si próprios. Sendo assim, de acordo com o autor, manter uma biosfera sustentável requer que se conserve os processos ecológicos. Scheneider (2000) destaca que para assegurar a perpetuidade da produtividade dos ecossistemas para as futuras gerações é necessário o uso de práticas de manejo, que não agridam o meio ambiente, por isso é preciso desenvolver junto às administrações públicas, um modelo de gestão que assegure a preservação ambiental.

Sobre a Assertiva 12, apresentava na Tabela 3 – limitar o crescimento populacional contribui para o desenvolvimento sustentável – destaca-se que essa questão, no geral, foi a que apresentou o maior percentual de discordância total dos iniciantes 10,9% e o menor percentual de concordância total de ambos os grupos, sendo de 24% para os iniciantes e 12,5% para os concluintes. Também foi a que apresentou maior dispersão entre as respostas, observa-se que dos iniciantes, 21,7% discorda parcialmente e esse mesmo percentual é notado para a neutralidade e concordância parcial destes, dos concluintes 5,3% discorda totalmente, 10,7% discorda parcialmente, 17,9% são neutros, e 53,6% concordam parcialmente. Santos (2008) assevera que, com crescimento populacional, aumenta a pressão sobre o meio ambiente, que pode ser observada por meio do consumo de alimentos, água, espaços, produção de lixo e poluição, gerando degradação de terras agrícolas e das reservas de água potável no mundo.

Pode-se observar a respeito da Assertiva 13 apresentada na Tabela 3 – aumentar a produção industrial nos países, com base em tecnologias ecologicamente adaptadas contribui para o desenvolvimento sustentável – que 0% do total dos respondentes discorda totalmente da mesma, e entre os iniciantes 34,8% concorda parcialmente e 47,9% concorda totalmente, enquanto que dos concluintes 32,1% concorda parcialmente e 60,7% concorda totalmente o que demonstra que os concluintes possuem uma percepção maior da importância dessa questão em relação aos iniciantes. Segundo Leal (2008) devido ao crescimento populacional e das necessidades de consumo, as indústrias cresceram consideravelmente em número, áreas de atuação e variedade de produtos. Entretanto, conforme o autor, a disciplina e a preocupação com o meio ambiente natural não se fizeram presentes durante muitos anos, tendo como resultado problemas ambientais de grandes dimensões.

Analisando as respostas apresentadas para a Assertiva 14, na Tabela 3 – adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável pelos órgãos e instituições internacionais de financiamento contribui para o desenvolvimento sustentável – percebe-se que 28,3% dos iniciantes concordam parcialmente e 52,1% concordam totalmente e entre os concluintes 16,1% concorda parcialmente e 64,3% concorda totalmente. Reforçando o entendimento dos estudantes, quanto as instituições de financiamento, Silva (2011) salienta que o principal impacto da atividade bancária decorre da maneira como seus clientes utilizam o crédito bancário. Desta forma, ferramentas como análise de risco socioambiental e mecanismos voluntários de controle passaram a ser essenciais para que os bancos mitiguem o risco inerente a sua atividade.

Considerando os resultados descritos na Tabela 3 para a Assertiva 15 – desenvolvimento sustentável abrange o desenvolvimento econômico, o social e a proteção ambiental contribui para o desenvolvimento sustentável – observa-se, que 80,3% dos concluintes e 63,0% dos iniciantes concordam totalmente com o exposto, e 0% dos iniciantes discorda total e parcialmente enquanto que 3,6% dos concluintes discorda totalmente. Pode-se depreender que os concluintes possuem maior percepção quanto à abrangência do desenvolvimento sustentável. Conforme Araújo (2004) o uso racional, o não desperdício, a preocupação com a qualidade de vida das próximas gerações são os princípios básicos da sustentabilidade; e termos como desenvolvimento sustentável, economia sustentável, sociedade sustentável e uso sustentável são tidos como sinônimos.

Para a Assertiva 16 – o desenvolvimento sustentável envolve questões críticas como pobreza, escola, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos – conforme Tabela 3, obteve-se o seguinte resultado, 0% dos iniciantes e 1,8% dos concluintes discordam totalmente, 4,3% dos iniciantes e 0,0% dos concluintes discordam parcialmente, 13,0% dos iniciantes e 8,9% dos concluintes são neutros, 34,8% dos iniciantes e 28,6% dos concluintes concordam parcialmente, e 47,9% dos iniciantes e 60,7% dos concluintes concordam totalmente, o que demonstra que ambos os grupos possuem uma percepção regular sobre as questões apresentadas como críticas envolvidas no desenvolvimento sustentável. Para Barbosa (2008) os direitos básicos devem ser proporcionados, tais como o direito à água, ao abrigo, à alimentação, à saúde, à educação, entre outros. Estas questões dizem respeito a um desenvolvimento urbano sustentável, diferente do desenvolvimento atual, que é baseado no lucro e privilegia uma pequena parte da sociedade. Meneguzzo (2009) reforça destacando que o desenvolvimento sustentável se apresenta como um projeto destinado a erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades básicas, melhorar a qualidade de vida da população e promover a conservação ambiental.

A respeito dos resultados obtidos para a Assertiva 17 apresentados na Tabela 3 – um dos principais elementos do desenvolvimento sustentável é a cultura – ressalta-se que esta questão é a que

apresenta o maior percentual de discordância total dos concluintes sendo este de 7,1%. Em relação a concordância, os concluintes apresentam 32,1% de concordância parcial e 44,7% de concordância total, enquanto que 43,5% dos iniciantes concorda parcialmente e 32,6% concorda totalmente. Conforme Vecchiatti (2004) a cultura é um importante fator de sustentabilidade, porque à medida que o indivíduo tem noção do efeito de seus atos nas gerações futuras e se atenta para isso, desenvolve-se uma preocupação através das gerações capaz de enxergar uma responsabilidade comum e assim desenvolver ações que vão ao encontro do desenvolvimento sustentável.

Observando os resultados obtidos na Tabela 3 para a Assertiva 18 – estabelecer metas para o gerenciamento de dejetos de recursos hídricos, incluindo a redução da poluição da água por fontes domésticas, industriais e agrícolas e a promoção da eficiência hídrica, águas de esgoto, tratamento e o uso de águas de esgoto como um recurso, em particular para a expansão de áreas urbanas contribui para o desenvolvimento sustentável – nota-se que dos iniciantes 0% discorda totalmente, 6,5% discorda parcialmente, 17,4% são neutros, 23,9% concorda parcialmente e 52,2% concorda totalmente, enquanto que dos concluintes 1,8% discorda totalmente, e o mesmo percentual discorda parcialmente, 3,6% mostra-se neutro, 19,6% concorda parcialmente e 73,2% concorda totalmente. Correlacionando esta assertiva com a de número 11, percebe-se que ambos os grupos são perceptíveis quanto à importância da preservação do meio ambiente para o desenvolvimento sustentável, no entanto essa percepção não é tão clara em relação às metas para o gerenciamento de dejetos, redução e promoção da eficiência na utilização de recursos hídricos, ou seja, a importância de ações para preservação desse recurso natural. Peixinho (2010) explica que a água doce é um recurso natural cada vez mais escasso, e representa o mais importante dentre todos, por isso cresce cada vez mais a preocupação quanto aos conflitos sobre o domínio dos recursos hídricos, especialmente quanto aos desafios relacionados à escassez, poluição e contaminação das águas. Por este motivo é necessário incorporar uma abordagem sustentável na gestão dos recursos hídricos.

Pode-se observar a respeito da Assertiva 19 apresentada na Tabela 3 – oferecer acesso universal a um nível básico mínimo de serviços de energia moderna tanto para uso de consumo como de produção, e dobrar a participação da energia renovável na matriz energética global, através da promoção do desenvolvimento e uso de fontes e tecnologias de energia renovável em todos os países contribui para o desenvolvimento sustentável – que tanto iniciantes quanto concluintes não discordam totalmente com esta, destacando-se que os concluintes não discordam com exposto, no entanto nota-se que 2,2% dos iniciantes discordam parcialmente, e 21,7% é neutro. Costa (2005) e Lima (2012), já citados anteriormente, embasam a contribuição do uso e produção racional da energia para o desenvolvimento sustentável conforme o exposto nas assertivas 1 e 4.

Sobre a Assertiva 20 descrita na Tabela 3 – os trabalhadores precisam ter as habilidades e proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma economia verde, que possui

um grande potencial para criar trabalhos decentes, em particular para os jovens, e erradicar a pobreza contribuem para o desenvolvimento sustentável – percebe-se que 2,2% dos iniciantes discorda totalmente, enquanto que 3,6% dos concluintes discorda parcialmente, 21,7% dos iniciantes é neutro, e o maior percentual de concordância total foi dos concluintes 58,9%. Segundo Moreira (2008), a insustentabilidade do modo de produção capitalista encontra-se na base produtiva e reprodutiva da sociedade capitalista, apenas será possível a efetiva sustentabilidade da humanidade, numa outra forma radicalmente contrária a essa dinâmica social. O autor defende que o caminho para a extinção dessa ordem terá que ter como base o trabalho livre e associado, no qual o trabalhador deterá o controle consciente da produção em todas as suas esferas e as relações sociais terão como única finalidade as reais necessidades humanas.

Em resposta ao problema de pesquisa formulado: Qual o nível de percepção dos alunos do curso de ciências contábeis, das Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável? A Tabela 3 apresenta as médias calculadas sobre as respostas obtidas, e por meio destas e de acordo com a métrica exposta nos procedimentos metodológicos desta pesquisa, é possível inferir que é médio o nível de percepção dos estudantes em relação as assertivas propostas, pois, em média, 61% dos iniciantes e 68,1% dos concluintes concordam totalmente que as 20 assertivas propostas contribuem para o desenvolvimento sustentável. Este resultado vai ao encontro dos resultados encontrados por Brandalise *et al.* (2009) que apresentaram equilíbrio - situação mediana - para a percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de conhecimento sobre educação ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A degradação ambiental se apresenta como um grande desafio a ser superado pelo conjunto da sociedade global, o que requer tomada de decisões e ações efetivas para reverter este quadro. Nesse sentido, a contabilidade, e a contabilidade ambiental em particular, se apresentam como importante instrumento para balizar uma nova forma de gestão ambiental, seja no nível da empresa como no nível de Estado.

Este estudo teve como objetivo identificar qual a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis, das Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, sobre desenvolvimento sustentável. Os resultados demonstraram que os alunos, objeto do estudo, possuem percepção mediana em relação ao tema, de acordo com as assertivas estudadas, sendo que os concluintes possuem percepção maior do que os iniciantes, 61% para os iniciantes e 68,1% para os concluintes. Talvez este resultado indique que quanto maior o nível de instrução, maior a percepção sobre o desenvolvimento sustentável.

Dentre as assertivas abordadas quanto ao desenvolvimento sustentável, as que apresentaram maior reconhecimento pelos estudantes são: fontes alternativas de energia, uso de produtos químicos, consumo de água e alimentos, reciclar materiais reaproveitáveis, recursos básicos a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas. Em menor grau de percepção estão os temas relacionados à: consumo de energia, impacto do desenvolvimento econômico e social no desenvolvimento sustentável, metas para os dejetos e poluição. Os estudantes demonstraram perceber que o desenvolvimento sustentável pouco se relaciona com os temas sobre o crescimento populacional e cultura.

Apesar de alguns estudantes terem respondido a pesquisa sem ter cursado a disciplina de contabilidade ambiental, o que poderia ser uma limitação presente nos resultados da pesquisa, concorda-se com Brandalise *et al.* (2009) quando destacam que a percepção ambiental não está associada ao grau de conhecimento sobre determinada temática que envolve a questão ambiental, e sim com a percepção do indivíduo enquanto parte da sociedade, sendo assim os resultados obtidos nesta pesquisa estão isentos desta limitação.

Recomenda-se para pesquisas futuras uma análise comparativa do grau de percepção ambiental entre os estudantes que cursaram a disciplina de contabilidade ambiental ou socioambiental e os que não cursaram a mesma, buscando evidenciar a importância dessa disciplina para a formação de profissionais conscientes a respeito desse assunto, visto que, dentre as Universidades pesquisadas, apenas a Universidade Federal de Santa Maria apresenta uma disciplina de contabilidade voltada para a temática socioambiental, como obrigatória na estrutura curricular. Nas outras duas Instituições de Ensino Superior Federais do Estado do Rio Grande do Sul, esta disciplina é optativa e não é ofertada periodicamente.

REFERÊNCIAS

Araujo, G.C. & Silva, R. P. (2004). Desenvolvimento sustentável do meio ambiente: estudo no Instituto Souza Cruz. In 2 *Congresso Brasileiro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 2004.

Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 1(4), 1-11.

- Brandalise, L. T.; Bertolini, G. R. F.; Rojo, C. A.; Lezana, A. G. R. & Possamai, O. (2009). A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. *Gest. Prod.*, 16(2), 273-285.
- Calixto, L. (2006). O ensino da Contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, 2(3), 65-78.
- Carvalho, J. R. M.; Alexandre, F. A. M.; Almeida, K. K. N.; Carvalho, E. K. M. A. & Curi, W. F. (2010). Uma Análise do Interesse dos Estudantes de Ciências Contábeis pela Área de Contabilidade Ambiental. *Revista Ambiente Contábil*, 2(1), 37-53.
- Cavalcanti, C. (2015). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 1995. Recuperado em 12 de maio de 2015, de <https://guilhardes.files.wordpress.com/2008/07/cavalcanti-desenvolvimento-e-natureza.pdf>
- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Costa, R. C. & Prates, C. P. T.(2005). O papel das fontes renováveis de energia no desenvolvimento do setor energético e barreiras à sua penetração no mercado. *BNDES Setorial*, (21), 5-30.
- Fahl, A. C. & Manhani, L. P. S. (2006). As perspectivas do profissional contábil e o ensino de Contabilidade. *Revista de Ciências Gerenciais*, 10(12), 25-33.
- Gil, A. C. (1999). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Sustentabilidade - InBS. (1987). *Relatório Brundtland "Nosso Futuro Comum" - definição e princípios*. Recuperado em 27 de julho de 2015, de <http://www.inbs.com.br/ead/Arquivos%20Cursos/SANeMeT/RELAT%23U00d3RIO%20BRUNDTLAND%20%23U201cNOSSO%20FUTURO%20COMUM%23U201d.pdf>
- Leal, G. C. S. G.; Farias, M. S. S. & Araujo, A. F. (2008). O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. *Revista Qualitas*, 7 (1), 1-11.
- Lima, R. L. (2012). A produção de energias renováveis e o desenvolvimento sustentável: uma análise no cenário da mudança do clima. *Revista Eletrônica Direito E-nergia*, 5(4), 1-17.

Meneguzzo, I. S.; Chaicouski, A. & Meneguzzo, P. M. (2009). Desenvolvimento Sustentável: desafios à sua implantação e a possibilidade de minimização dos problemas socioambientais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 22, 509-520.

Mezzaroba, O. (2014). *Direito e Sustentabilidade*. Curitiba: Clássica.

Ministério da Educação e Cultura – MEC. (2014). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Recuperado em 28 de maio de 2015, de <http://emec.mec.gov.br/>

Moreira, L. A. (2008). (IN)sustentabilidade do discurso da educação para o desenvolvimento sustentável do banco mundial. *Educação Temática Digital*, 9 (2), 20-30.

Organização das Nações Unidas – ONU. (1992a) *Agenda 21*. Recuperado em 08 de maio de 2015, de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>

Organização das Nações Unidas – ONU. (1972). *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Recuperado em 08 de maio de 2015, de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>

Organização das Nações Unidas – ONU. (2002). *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado em 20 de maio de 2015, de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>

Organização das Nações Unidas – ONU. (1992). *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Recuperado em 08 de maio de 2015, de <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>

Organização das Nações Unidas – ONU. (2012). *Rio+20 – Relatório “O Futuro que Queremos”*. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Recuperado em 14 de janeiro de 2014, de http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20/rio-20-como-chegamos-ate-aqui/at_download/rio-20-como-chegamos-ate-aqui.pdf

Peixinho, F. C. (2010) Gestão sustentável dos recursos hídricos. In *16 Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 17 Encontro Nacional de Perfuradores de Poços*, São Luís, 2010.

- Povoa, I. C. F.; Silva, N. S. & Silva, M. R. A. (2006). Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável. In 10 Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, e 6 Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, São José dos Campos.
- Raupp, F. M. & Beuren, I. M. (2008). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Rebollo, M. G. (2004). Contabilidade e questões ambientais: responsabilidade técnica do contador. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade - RS*, (116), 6-17.
- Ribeiro, M. S. (2010). *Contabilidade ambiental*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- Santos, M. F. R. F.; Xavier, L. S. & Peixoto, J. A. A. (2008). Estudo do indicador de sustentabilidade “Pegada Ecológica”: uma abordagem teórico-empírica. *Revista Gerenciais*, 7 (1), 29-37.
- Silva, M. C. (2011) *Crédito Bancário e Desenvolvimento Sustentável nas Instituições Financeiras Brasileiras*. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.
- Schiesari, L. (2012). *Defensivos agrícolas: Como evitar danos à saúde e ao meio ambiente*, v. 8, Anapu: Série Boas Práticas.
- Schneider, E. (2000). *Gestão ambiental municipal: Preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável*. 2000. Centro Universitário UNIVATES. Recuperado em 19 de maio de 2015, de http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/3_gesto_ambiental_municipal.pdf
- Tinoco, J. E. P. & Kraemer, M. E. P. (2008). *Contabilidade e gestão ambiental*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Torgal, F. P. & Jalali, S. (2010). *A sustentabilidade dos materiais de construção*. 2. ed. Vila Verde: TecMinho.
- Vecchiatti, K. (2004). Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3), 90-95.

Weizenmann, C. A. (2011). *A discussão sobre a inclusão da disciplina de contabilidade ambiental no currículo dos cursos de ciências contábeis*. Monografia de Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Zambelli, A. P. (2012). *Contabilidade e questões ambientais*. Monografia de Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.